

Dívida externa: novos caminhos são delineados

Em uma análise global, percebe-se que o processo de renegociação das dívidas externas dos países do Terceiro Mundo está passando por um rápido processo de transformação. É possível que, em um espaço de tempo mais curto do que se imagina, as negociações, tais como as que são conduzidas atualmente através de comitês de bancos credores, percam a razão de ser. Outros esquemas tendem a ser utilizados em escala crescente, como a transformação de empréstimos em capital de risco, a securitização de parcelas substanciais da dívida e sugestões diversas que têm sido lançadas nos últimos anos. E não será surpresa que novas propostas surjam sob os auspícios dos governos dos próprios países desenvolvidos.

Verifica-se, por exemplo, que um grande número de bancos pequenos e médios se afasta das negociações, muitos deles transferindo para a conta de créditos em liquidação os empréstimos aos países do Terceiro Mundo, dos quais fizeram parte como consorciados. Do lado dos grandes bancos, praticamente todos aqueles mais envolvidos com dívidas aos

países em desenvolvimento já fizeram vultosas provisões para cobrir eventuais prejuízos com tais operações.

Paralelamente, é florescente o mercado secundário de títulos representativos da dívida dos países do Terceiro Mundo — particularmente os latino-americanos —, institucionalizando uma nova via para a canalização de investimentos. A proposta de securitização ainda encontra muitas resistências por parte dos bancos credores, mas temos a convicção de que, pouco a pouco, ela também deverá ser aceita. A extensão do prazo para pagar e a redução dos juros são condições essenciais para que os endividados possam suportar os encargos sobre a dívida, sem sacrificar a sua capacidade de desenvolvimento, que é, em última análise, a garantia de sua solvabilidade.

Constata-se que esta não é hoje uma tese defendida exclusivamente pelos países em desenvolvimento. A ela dão apoio personalidades de prestígio que ocupam posições-chave, como o presidente da Comissão da Comunidade Européia (CE), Jacques Delors.

Em entrevista que concedeu em Bruxelas a este jornal, Delors declarou explicitamente que a CE está convencida de que o Brasil tem condições de pagar a dívida externa, desde que sejam reduzidas as taxas internacionais de juro. E esta é uma avaliação que também se aplica à maioria dos demais países endividados.

Com base nessa percepção, Delors informou que vai propor, na reunião de cúpula dos países industrializados, que deverá ser realizada em Toronto, no Canadá, em junho, que os Estados Unidos comprimam o seu déficit orçamentário, por entender que isso trará equilíbrio ao mercado monetário mundial e, conseqüentemente, produzirá queda dos juros.

É duvidoso que Washington acate essa recomendação, que é objeto, aliás, de acalorado debate interno nos Estados Unidos, notadamente em um ano eleitoral como 1988. Mas o fato de uma personalidade de peso, como o presidente da Comissão da CE, fazer uma proposição desse tipo já representa um grande avanço. Nas conferências de cúpula realizadas

nos últimos anos, as dívidas externas dos países em desenvolvimento mereceram escassa menção e a única recomendação que emergiu desses encontros foi de que os endividados procurassem resolver suas dificuldades através dos mecanismos de mercado.

Na realidade, os países desenvolvidos vinham-se recusando até mesmo a um diálogo sobre a questão com os países devedores. Esta é também uma atitude em via de mudar, estando prevista para março, em Hamburgo (Alemanha), uma conferência que reunirá Delors e Claude Cheysson, comissário para as Relações Norte-Sul da CE, os chanceleres dos países da CE e do Grupo dos Oito (Argentina, Brasil, Uruguai, Venezuela, Colômbia, México, Panamá e Peru) para discutir o problema da dívida.

O que se observa, portanto, é que uma nova consciência se vem moldando e novos caminhos são delineados para a solução de um problema, que permanecerá insolúvel enquanto não contar com a colaboração ativa de todos os países envolvidos, pobres ou ricos.